



GALERIA
OUTRORA



Bruno Gabiru
Fotografia



**‘Entre irmãos: Os vínculos entre a
irmandade de Nossa senhora do
Rosário e o clube Mundo Velho em
Sabará/MG (1870-1910)**



Among brothers: the links between the Nossa senhora do
Rosário Brotherhood and the Mundo Velho club in
Sabará/MG (1870-1910)

Marlon Marcelo^{1}*

1 * Graduando na Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: marlonmarcelo.s@gmail.com

Resumo: O artigo analisa os possíveis vínculos entre o Clube social negro Mundo Velho e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Barra do Sabará, a fim de investigar as continuidades e rupturas dos processos associativos negros na segunda metade do século dezenove. O recorte temporal escolhido compreende o período entre os anos de 1870 e 1910, o qual corresponde ao momento de esvaziamento da irmandade nas décadas finais do período escravista e de fundação e consolidação do clube negro Mundo Velho no período do pós-abolição. A pesquisa teve como principal pretensão entender as transformações e rearticulações de formas e instituições de associação e solidariedade das comunidades negras com o fim da escravidão.

Palavras-chave:

Irmandade de Nossa senhora do rosário dos Homens Pretos da Barra do Sabará, Clube Mundo Velho, Clube Social negro, Associativismo negro.

Abstract: The article analyzes the possible links between the black social club Mundo Velho and the Brotherhood of the Black Men of Our Lady of the Rosary of the Barra do Sabará, in the city of Sabará in Minas Gerais, in order to investigate the continuities and ruptures of the black associative processes in the second half of the nineteenth century. The chosen time cut comprises the period between the years 1870 and 1910, which corresponds to the moment of emptying of the brotherhood in the final decades of the slave period and the foundation and consolidation of the Mundo Velho black social club in the post-abolition period. The research had as main goal to understand the transformations and rearticulations of forms and institutions of association and solidarity of the black communities facing the end of the slavery.

Key words:

Nossa senhora do rosário brotherhood, Mundo Velho Club, Black social club, Blacks associativismo.

Introdução

O estudo sobre as transformações e rearticulações de formas e instituições de associação e solidariedade das comunidades negras no fim da escravidão permite refletir sobre os diferentes projetos e ações que escravos e, posteriormente libertos, realizaram na sociedade da segunda metade do século XIX. A partir da análise nominativa das fontes buscamos identificar os trânsitos entre membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos da Barra do Sabará e sócios do clube social negro Mundo Velho, entendendo que ambas as instituições negras poderiam compartilhar as mesmas instâncias de sociabilidade. Ademais, analisamos as documentações da extinta confraria, a fim de traçar as possíveis apropriações de práticas institucionais pelo clube no pós-emancipação. Para constituir e evidenciar os vínculos entre os dois espaços associativos negros, analisamos um grande contingente de fontes que resultou em diversas lacunas e dificuldades durante a investigação.

As experiências de associativismo negro no Brasil se caracterizam por um campo extenso que permite diferentes abordagens e possibilidades. De acordo com Magna Magalhães, o associativismo negro se caracteriza por “uma ação promotora de um espaço em que os interesses comuns, sedimentados na identidade étnica, nos laços de parentesco, no fomento da coesão e da solidariedade, se opunha as adversidades existentes”². Baseando-se na mesma perspectiva, Fernanda Oliveira da Silva assinala que o associativismo negro se define por uma rede relacional simétrica “onde seus membros buscavam negociar e agenciar, mesmo em uma sociedade tão restritiva e preconceituosa, preceitos que conferiam status sociais diferenciadores para eles próprios, bem como para seus espaços”³. As condições impostas pela escravidão redefiniram as dinâmicas sociais dos cativos e promoveram um entrelaçamento de relações de conflito e de solidariedade da comunidade escrava.

Em resposta à segregação, as populações escravizadas e libertas realizavam estratégias que iam desde uma negociação constante com os senhores e as elites republicanas à formação de instituições baseadas no auxílio-mútuo. Esses espaços associativos negros, desde o início do tráfico negreiro, foram lugares privilegiados no que tange a articulação e mobilização da população negra nos processos sociais e políticos de distintos momentos da história do país.

De acordo com Marleide Lázara Cassoli, as estratégias, identidades e costumes delineados no pós-emancipação se configuraram como elementos conectores entre as experiências vivenciadas na escravidão. Desse modo, as experiências de liberdade formuladas após a Abolição da escravatura estão intimamente relacionadas a contextos vividos nos últimos anos do Império; portanto, é importante entender que os processos desencadeados na última década do século XIX e na primeira década do século XX estão situados em um contexto histórico mais amplo, no qual a Abolição não é apenas um marco, mas um conector de relações pré-estabelecidas ainda no cativeiro⁴.

Como perspectiva de análise adotada na pesquisa, considera-se que as ações e organizações da população recém-egressa do cativeiro foram orientadas por experiências anteriores à Abolição. Os projetos e sentidos de liberdade dos ex-cativos tiveram como principal substrato as antigas formas

2 MAGALHÃES, Magna Lima. Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do sul: associativismo e identidade negra em uma comunidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo/RS) 219 f. – Tese de doutorado em História – Universidade do Vale do rio do Sinos, São Leopoldo, 2010, p.35.

3 SILVA, Fernanda Oliveira da. Os Negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços – associações e identidades negras em Pelotas/RS (1820/1943). PUC-RS. Dissertação de mestrado em História. 2011, p.29

4 CASSOLI, Marleide Lázara. A construção da liberdade vivências da escravidão e do pós-abolição. Jundiaí, SP. 2017. 356 p.

de organização social existentes na escravidão. Portanto, a análise do período estudado baseia-se nas ideias que privilegiam as continuidades e permanências de certas relações instituídas nas associações negras estabelecidas nos anos finais do império, entendendo que população negra teve uma participação ativa nos processos sociais da época.

As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos

No Brasil, as irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos se configuraram a partir de um caráter leigo e sua formação estava ligada a agrupamentos de devotos. Os objetivos dessas instituições giravam em torno do auxílio mútuo, da solidariedade e na devoção católica, através de festas e construção de templos. Com bases nos modelos portugueses, essas associações tiveram pleno florescimento durante o século XVIII e buscavam se adaptar às circunstâncias locais, mas sem perder suas características de origem. Embora fossem independentes uma das outras, essas irmandades tinham uma base comum e compromissos lavrados em termos similares. Seus fins eram, principalmente, enterros dos mortos, assistência médico-hospitalar dos enfermos, melhorias da sorte de presos, entre outras “obras de misericórdia”.

Marina de Mello e Souza salienta que os negros ao ingressar em uma irmandade leiga alcançavam maior integração e aceitação da sociedade colonial e, por conseguinte, poderiam ter maiores oportunidades de mobilidade social, sendo que a relação entre as irmandades e determinados grupos africanos e seus descendentes proporcionou o estabelecimento de vínculos identitários e sociais⁵. Os espaços das confrarias permitiam que os negros constituíssem laços afetivos e redes sociais que possibilitavam reorganizar-se nos espaços urbanos coloniais. Para Lucilene Reginaldo, as confrarias religiosas eram espaços complexos que extrapolavam a dicotomia resistência/acomodação presente na historiografia tradicional.⁶ Ao levantar questões e interpretações sobre esses espaços, sobretudo, sobre sua função social na vida dos negros no período escravista, a autora cita que podemos mobilizar distintos aspectos sociais dos escravizados que se interseccionavam de infinitas maneiras como a classe, o gênero, a procedência étnica, dentre outros.

As Irmandades religiosas conformaram-se como espaços associativos, bem como espaço de catequização e distinção social da população colonial. As regras estabelecidas na formação das confrarias do Rosário não consideravam critérios de riqueza ou status social, como também não havia taxas para entrar na confraria, de modo que facilitava a inserção de pobres. Para Caio Boschi um dos fatores que promoveu a disseminação dessas confrarias leigas na região da capitania de Minas Gerais no século XVIII foi a promulgação da lei que proibia a entrada de religiosos regulares nessa localidade⁷. Tal norma foi decretada sob a alegação de que os clérigos eram responsáveis pelo extravio do ouro e de insuflar a população a não pagar os impostos à coroa. De acordo com o autor, a instalação de Irmandades religiosas no território mineiro se confundiu com a urbanização da capitania, tornando-se responsável direta pelas diretrizes da nova ordem social que se instalara nas Minas.

5 SOUZA, Marina de Mello e. Reis negros no Brasil escravista: História da festa de coroação do Rei Congo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

6 REGINALDO, Lucilene. Os rosários dos angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista. Tese de doutorado. Unicamp, 2005, p.161.

7 BOSCHI, Caio Cesar. Os leigos e o poder irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo, Ática, 1986, 254 p.

No período colonial em Minas Gerais, as devoções das populações negras se concentravam em alguns santos católicos como Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Efigênia, São Gonçalo, Santo Onofre e São Elesbão que de acordo com hagiografia tradicional eram pretos ou pardos. Julita Scarano aponta que as irmandades compravam bens, como terrenos e casarões, além de impulsionar uma nova noção de família que se estendia para todos que compartilhavam da mesma fé ou estavam associados à mesma irmandade ⁸.

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Barra do Sabará foi fundada na primeira metade do século XVIII, no arraial da Barra na Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabarabussu. Não há uma data precisa de sua fundação, pois diversas documentações dos anos iniciais de seu funcionamento desapareceram entre os vários incêndios e alagamentos que assolaram o arquivo da capela. Sua data é estimada a partir do recuo aos documentos mais antigos que fazem referências aos momentos de fundação. Sem ter também uma data precisa de seu término, o que se pode aproximar que a irmandade foi extinta em meados da década de 1930, seguindo somente a paróquia sediada na capela erguida pela confraria.

A partir da segunda metade do século XIX as antigas confrarias do rosário iniciaram um processo de decadência e esvaziamento gradativo, decorrente de mudanças ocorridas no sistema escravista e também as pressões institucionais para o término das irmandades vindas diretamente de Roma. Elizabeth W. Kitty relata que nos anos finais do século XIX e início do XX forças combinadas da crescente romanização da igreja católica no Brasil, em conjunto com ideologias de civilização, progresso e degeneração racial da sociedade nacional contribuíram para o término de várias irmandades, particularmente, em Minas Gerais ⁹. Outro fator influente nas mudanças e na composição das irmandades foi o aumento do número de forros e livres na sociedade brasileira que estimulou outras formas de associativismo negro, que se distanciavam paulatinamente do poder eclesiástico ¹⁰.

Essas novos espaços associativos aderiram diferentes estruturas e serviam como locais de apoio para as populações escravizadas e livres. João José reis relata distintos espaços de sociabilidade e solidariedade em Salvador no século XIX, dentre eles as organizações denominadas Juntas de alforria que auxiliavam a compra da liberdade dos escravos e se caracterizavam em pequenas instituições de crédito dedicadas a libertar africanos escravizados. Essas organizações visavam emprestar uma quantia de dinheiro aos escravizados para comprar sua carta de alforria, o valor emprestado seria posteriormente cobrado e pago a partir das economias que o ex-cativo arrecadaria prestando serviços no ambiente citadino ¹¹. Os espaços de trabalho, religiões de matriz africana e instituições facilitadoras de alforrias se tornaram crescentes, aumentando gradativamente o número de forros e libertos nos espaços urbanos brasileiros.

8 SCARANO, Julita. Devoção e escravidão: a irmandade do rosário dos homens pretos no distrito diamantino no século XVIII. São Paulo: conselho estadual de cultura, ed. Brasileira v. 357, 1975, p.35

9 KIDDY, Elizabeth W. Progresso e religiosidade: Irmandades do Rosário em Minas Gerais, 1889-1960. Tempo, núm. 12, dezembro, 2001, pp. 93-112. Universidade Federal Fluminense Niterói, Brasil

10 CHALOUB, Sidney. Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs). Quase-cidadão – histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro, FGV, 2007.

11 REIS, João José. Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.205.

A Abolição da escravatura: Rupturas ou continuidades?

Os últimos anos do escravismo se caracterizaram por mudanças intensas, no que se refere à estrutura e distribuição geográfica. A economia cafeeira demandou grande número de mão-de-obra promovendo um deslocamento de milhares de escravos para a região sudeste do país. Essa transferência arrancou os escravizados de seus locais de origem, dos seios familiares e das atividades que já estavam acostumados promovendo revoltas, brigas e fugas para as regiões de procedência. Para mais, o tráfico interno diminuiu drasticamente a população escrava em várias regiões do país que passavam por uma grande crise econômica, em especial o norte e nordeste brasileiro¹². No município de Sabará a liberdade era pauta nos sorteios da loteria, os quais o prêmio era a carta de liberdade. Esses sorteios eram anunciados nos jornais que indicavam as regras para o recebimento do prêmio e os procedimentos para o sorteado receber o documento¹³.

O período final da escravidão no Brasil foi marcado pela ocorrência de alforrias em massa, além de revoltas constantes dos escravos, sublevações e a fuga clandestina dos cativos das fazendas de café. Em vista disso, a promulgação da abolição da escravatura ocorreu em um cenário conflituoso e instaurou, em termos jurídicos, um movimento que já vinha acontecendo por todo o país¹⁴. A lei imperial nº3.553, conhecida como Lei Áurea, de 1888 declarava extinta a escravidão no Brasil, provocando um grande descontentamento das elites cafeeiras, além de desestabilizar o apoio da monarquia no país. A Proclamação da República instaurou uma nova ordem institucional do Estado, como também deu continuidade aos ideais racialistas que se pautavam nos pressupostos de branqueamento racial da população nacional.

De acordo com Lilia Schwarcz, as teorias raciais, forjadas no interior das instituições de ensino superior num contexto de enfraquecimento e o fim da escravidão, se constituíam como um modelo teórico que justificava os jogos de interesses do novo projeto político do país. Essas ideias almejavam estabelecer critérios diferenciados de cidadania, bem como a substituição da mão-de-obra e conservação da hierarquia social bastante rígida que regia o país naquele período¹⁵. Essas teorias baseavam-se na formalização de hierarquias raciais através de argumentos científicos, os quais determinavam critérios físicos e sociais como sinônimo de inferioridade e degeneração. A presença do negro na sociedade brasileira se revelava como um empecilho para o progresso do país, pautado no paradigma da civilização europeia¹⁶. Esses novos critérios de cidadania citados pela autora referem-se ao aumento da importância atribuída à instrução primária, saber ler e escrever, para o exercício da cidadania. A partir da década de 1870 houve um aumento dessa exigência, que culminou nas diretrizes instituídas pela lei de reforma eleitoral nº3.029 de 1881, que estabelecia a renda anual para a qualificação de eleitores e alijava grande porcentagem da população brasileira do exercício pleno da cidadania. Essa reforma buscava distanciar os descendentes de escravos do exercício da cidadania plena, pois a elite política receava que os ingênuos¹⁷ adquirissem direitos eleitorais e se tornassem agentes formais do mundo político¹⁸.

12 CHALHOUB, Sidney. *Visões de liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. Campinas: UNICAMP, 1989, p. 36.

13 A folha Sabarense, SCS, 19 de junho de 1887, folha 3 e 4.

14 SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da abolição brasileira*. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos. *Quase-cidadão – histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 2007.

15 SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 18.

16 CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade. A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001 (2a edição)

17 Termo utilizado para referir-se aos nascidos livres

18 CARVALHO, José Murilo de. (Org.) *Nação e cidadania no império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007

Apesar das rápidas transformações administrativas no cenário nacional, a recente historiografia tem ressaltado permanências nos arranjos políticos da elite brasileira. Na imprensa sabarense, a notícia da abolição da escravatura foi recepcionada com fervor celebrando o grande passo que o país deu a caminho da civilização seguindo outras nações da América, contudo a libertação dos escravos não foi acompanhada de políticas de integração social dos libertos, formalizando uma marginalização da população recém-egressa da escravidão dos espaços sociais e das oportunidades de trabalho no meio urbano. Nas edições que sucederam o treze de maio de 1888 foram publicadas diversas notas, poesias e textos que enalteciam o novo momento da história do Brasil ¹⁹.

A inserção da população negra nos primeiros anos da libertação se deu de forma gradativa e marcada por inúmeros impasses, pois na prática as relações pessoais eram definidoras de direitos em um panorama onde se mantinham as relações hierárquicas e clientelistas. Ao estudar o impacto da Abolição para os antigos escravos da região rural do Rio de Janeiro, Hebe Mattos e Ana Maria Rios destacam que a região estava ligada por intensas redes de parentesco e os primeiros anos que sucederam a Lei Áurea foram marcados pelo estabelecimento e legalização das relações familiares e de compadrio para a construção de uma imagem positiva da pessoa e da família entre os libertos. Outro valor pregado pelos recém-egressos da escravidão se deu no âmbito do trabalho, o reconhecimento enquanto trabalhador se traduzia como “boa reputação” para comunidade e permitia lograr uma estabilidade financeira, seja por meio de tarefas nas antigas fazendas, seja pela partilha da meia com pequenos agricultores ²⁰. Tal reputação possibilitou que uma parcela da população rural não fosse afetada pela alta mobilidade que assolava o campo e provocava a intensa migração para os pequenos e grandes centros urbanos do país.

Nas cidades, a população liberta se viu limitada a poucas ocupações, segregada da participação política e sujeita às constantes repressões. Florestan Fernandes aponta para inúmeras adversidades que as populações recém-egressas da escravidão enfrentaram no processo de integração às classes trabalhadoras em São Paulo. Os ex-cativos foram inseridos em uma lógica de reorganizações sociais e disputas pelo espaço urbano, com a concorrência com imigrantes de diversas nacionalidades pelos meios de sustento ²¹. O processo de europeização do meio urbano paulista, em conjunto com uma ordem social competitiva e a consolidação do regime de classes sociais, alijou o negro de qualquer possibilidade de estabilidade econômica e social. Nas grandes cidades, os negros e pardos desempenhavam serviços associados a artesanato que lhes permitiam condições de ascensão social, entretanto com a transição do ambiente pré-capitalista à competição econômica com estrangeiro foram eliminados dessas ocupações e relegados a tarefas brutas, mal retribuídas e degradantes.

Na perspectiva de Florestan Fernandes, o processo de transição e consolidação da ordem social competitiva nas grandes cidades constituiu um cenário impróprio e perigoso para as classes oriundas da escravidão. De acordo com o autor, as condições psicossociais e econômicas dos negros e pardos, deformadas pela organização servil, limitavam a capacidade de ajustamento à vida urbana. Ele ainda afirma que a rapidez da expansão da ordem social competitiva não permitiu que os libertos adquirissem experiências, mentalidade e comportamentos adequados ao novo estilo de vida. Desse modo, os primeiros anos da Abolição destacaram-se por uma anomia social da população negra, isto é, a falta de ordenação compatível ao novo sistema imperante que não lhes permitiriam integrar-se

19 A folha Sabarense, SCS, Edição 51. 20 de maio de 1888; edição 52. 27 de maio de 1888.

20 MATTOS, Hebe Maria & RIOS, Ana Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. TOPOI, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, p. 170-198

21 FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: EDUSP, 1965. 2 v.

ao meio urbano. O autor considera que um dos motivos do desajustamento do negro à sociedade de classes, especialmente nos espaços citadinos, se deu porque esses grupos saíam da escravidão sem formas de vida social organizada.

Sob outra perspectiva, Maria Cristina Cortez Wissebach assinala que o período pós-emancipação foi marcado por vários fatores como particularidades regionais e conjunturas econômicas, proporcionalidade do elemento negro e disputa de mercado de trabalho. A autora aponta que “os ex-cativos traziam de suas experiências anteriores um aprendizado social que instruiu o sentido de liberdade, constituído muitas vezes por noções de subsistência e padrões de organização social distintos do que era imaginado pela classe dominante”²². Os grupos negros se associavam em arranjos informais com fins de auxílio mútuo, estabelecendo uma “territorialidade negra” marcada por laços sociais e expressões culturais próprias, que se estruturava a partir de padrões advindos de experiências anteriores à abolição²³. Essas formas alternativas de organização tinham como substrato as antigas redes associativas formadas no fim do império, elas agregavam novos elementos de acordo com as necessidades do novo contexto histórico em que viviam.

Nesse sentido, esta pesquisa se contrapõe a tese proposta por Florestan Fernandes de que as comunidades negras teriam se caracterizado por um estado de anomia no pós-Abolição. Acreditamos que a formação de espaços associativos negros no pós-emancipação teve como principal substrato as antigas formas de organização social existente na escravidão, desse modo, as análises priorizam as continuidades e rupturas considerando os novos contextos que as formas associativas estavam sujeitas no período republicano.

O associativismo negro no Brasil na virada do século

Conforme Rachel Soheit, nas décadas finais do século XIX muitos negros aderiram às formas de organização social, sobretudo aquelas vinculadas à cultura, como meio de coesão e construção de identidades e edificação de cidadanias alternativas nos espaços citadinos²⁴. Lorena Gill e Beatriz Looner citam que os clubes carnavalescos eram o principal meio de associação da população negra na cidade de Pelotas/RS, a filiação a esses grupos também era comum em outras localidades do país, destacando a região de Minas Gerais e Bahia. Esses blocos surgiram, inicialmente, como redes associativas ou de auxílio mútuo no fim do império e foram reduzidas a entidades recreativas e esportivas nos primeiros anos do século XX²⁵. Segundo Peter Fry, o carnaval se tornou um meio pelo qual as camadas negras e mestiças constituíram uma cidadania alternativa às repressões no cenário caótico da sociedade republicana²⁶. A formação de blocos carnavalescos, grupos teatrais, clubes esportivos, dentre outras agremiações serviram como locais de articulação, sociabilidade e solidariedade para comunidades negras, que podem ser interpretados como espaços de resistência aos processos de segregação e marginalização social dessas populações.

22 WISSENBACH, Maria C. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). História da vida privada no Brasil: Vol. 3. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. Pg.52

23 GOMES, Flávio dos Santos. Negros e Política (1888-1937). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 98p.

24 SOIHET, Rachel. Lutando pela inclusão: sociabilidade e cidadania através do carnaval (de 1890 aos tempos de Vargas). Textos escolhidos de cultura e arte populares, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 79-98, 2007, p.81.

25 LOONER, Beatriz Ana & GILL, Lorena Almeida. Clubes Carnavalescos negros na cidade de Pelotas. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 145-162, jan./jun. 2009

26 FRY, P. et alli. “Negros e brancos no carnaval da Velha República”. In: REIS, João José (Orgs.). Escravidão e a invenção da liberdade. São Paulo: Brasiliense, 1988.

Esses grupos além de promoverem eventos recreativos à população negra desenvolviam outras atividades com a finalidade de instruir e integrá-los à sociedade local. Ofereciam serviços de assistência às crianças e adultos, cursos e uma extensa rede de relacionamentos, amizades, relações de compadrio e oportunidades de emprego e casamentos. Em meio a esse contexto de efervescência das organizações de auxílio mútuo e sociedades recreativas que surgiram os primeiros clubes sociais negros no Brasil. Essas agremiações se caracterizavam como locais de encontros formais e informais de negros que se reuniam para realizar celebrações, festejos e bailes, além de auxiliar na arrecadação de fundos para o pagamento da liberdade dos trabalhadores negros escravizados, nas despesas de funerais, na defesa de direitos e na educação de seus associados. Em sua maioria esses clubes foram fundados nos primeiros anos que sucederam a libertação dos escravos, entretanto algumas organizações já existiam desde o império e permaneceram após a derrocada do regime imperial. Segundo Giane Escobar, das mais antigas associações dessa categoria, pode-se citar a Sociedade Aurora, fundada no ano 1872, na cidade de Porto Alegre e o Clube de Escravos do Brasil, fundado em 1881 no município de Bragança Paulista, no Estado de São Paulo²⁷. Esses clubes conformaram locais de sociabilidade e de lazer para a população negra local, promovendo bailes, desfiles e concursos direcionados aos segmentos mais populares.

Os clubes sociais tornaram-se um centro de encontro e reestruturação de laços socioafetivos entre a comunidade negra do período pós-emancipação. Essas agremiações surgiram como locais de celebrações e trocas de experiências entre as camadas mais pobres da população, permitindo o fortalecimento das relações de solidariedade e familiaridade entre os recém-egressos da escravidão. Ademais, promoviam o desenvolvimento de diversas atividades culturais para cidade sendo um espaço importante para manutenção das culturas populares e afro-brasileiras. A fundação do Clube Mundo Velho está intimamente ligada aos processos organizativos que a população negra passou nos primeiros anos após a emancipação da classe escrava em Minas Gerais. Em vista disso, as alianças e trajetórias dos idealizadores e primeiros membros do clube se tornam um importante ponto de partida para estudar as permanências e rupturas desses processos, na virada do século.

O clube social negro Mundo Velho

O clube Mundo Velho, semelhante a outras entidades recreativas do período, surgiu inicialmente como um bloco carnavalesco no ano de 1894 no município de Sabará em Minas Gerais. No decorrer dos anos, o bloco transformou-se em um clube social que abrigava diferentes segmentos da sociedade sabarense, em sua maioria pessoas negras e pardas. Desde a fundação, ainda como bloco carnavalesco, o Mundo Velho apresentava a preocupação de formalizar iniciativas de integração da população ao meio político e social sabarense. O primeiro estatuto indicava que o clube tinha como finalidade realizar anualmente os festejos carnavalescos, promover festas nacionais, musicais, esportivas, bailes, apresentações teatrais e criar em tempo oportuno um curso de alfabetização e biblioteca²⁸. Segundo Jonatas Ribeiro, a preocupação com a alfabetização e a instrução educacional, bem como a criação de aparatos de acesso à leitura nos clubes sociais negros evidencia que a educação também era uma forma de alcançar a ascensão social e econômica, além de ser um instrumento para o combate ao preconceito de cor e a garantia de exercer uma cidadania “plena” no pós-Abolição²⁹.

27 ESCOBAR, Giane V. lugares de memória: resistência negra, patrimônio e potencial. Porto alegre: editora da UFSM, 2010, p.57-58

28 Extrato do Estatuto do Clube Mundo Velho inscrito no livro B-3 às fls 255 verso e 256 verso, registro nº451 efetuado em 23 de novembro de 1956– Livro de Registro de títulos e documentos e registro civil de pessoas jurídicas comarca de Sabará – Minas Gerais.

29 RIBEIRO, Jonatas Roque. Escritos da liberdade: trajetórias, sociabilidade e instrução no pós-abolição sul-mineiro (1888-1930).142 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em História, Campinas, 2016, p. 94

Em conformidade com outros clubes sociais negros, a entidade serviu como local de articulação, sociabilidade e solidariedade para comunidades negras no pós-emancipação. Desde sua fundação, o clube foi um espaço onde seus integrantes e agregados se reuniam para manifestações musicais afro-brasileiras, socialização e fortalecimento das relações pessoais. Nos primeiros anos realizavam os “bailes de negros” ou “baile das violetas”, ao som de batuques e bandas. Sem uma sede própria, o clube utilizava os espaços públicos e imediações para realizar celebrações e brincadeiras pela cidade, criando um ambiente receptivo para a população afrodescendente da região.

Os eventos culturais promovidos pelo “Mundo Velho” se inseriam na agenda política das articulações negras da época. Petrônio Domingues (2008), ao estudar a escola criada pela Frente Negra Brasileira na década de 1930 em São Paulo, aponta que a educação era entendida de forma mais ampla compreendendo o ensino pedagógico formal e a formação cultural e moral do indivíduo. A inserção das artes como o teatro e a música nas atividades do clube pode estar relacionada a concepção de educação pregada por outras mobilizações negras da primeira metade do século XX.

Os vínculos entre o clube Mundo Velho e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário

Como principal hipótese de investigação, foi considerado que a fundação do clube Mundo Velho poderia estar vinculada ao conjunto de relações constituídas no seio da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Barra do Sabará. Na cidade, a irmandade se caracterizava como o principal espaço associativo negro do período escravista, pois desempenhava um importante papel na formação de laços afetivos e familiares entre a população escrava, forra e liberta. Considerando que esses clubes em sua formação herdavam experiências anteriores de outros espaços associativos existentes no período, os vínculos entre o Clube e a extinta confraria seriam possíveis, no que se refere às práticas institucionais e relações entre membros associados e irmãos do rosário.

Para traçar os possíveis vínculos entre a fundação do Clube e a extinta Irmandade de Nossa Senhora do Rosário foi utilizado o cruzamento de diferentes tipos de documentação para entender se, e de que forma, os nomes dos fundadores e idealizadores do clube aparecem nos documentos da instituição. A análise nominativa considerou outros nomes além daqueles citados nos documentos do clube, estendendo-se a familiares e sujeitos com relações próximas, comprovadas na documentação. Os nomes dos sócios e idealizadores foram retirados das fichas patrimoniais da entidade e documentos avulsos com assinaturas de contribuintes e associados, todas disponibilizadas pelo Instituto Mundo Velho ³⁰Devido ao grande número de nomes no levantamento inicial, foram considerados apenas os membros fundadores do clube e seus respectivos parentes, agrupados em grupos familiares. Foram listadas quatro famílias principais: Pertence, Viterbo, Ramos e Pereira. A partir dos nomes dos fundadores e seus respectivos familiares analisamos os livros de entrada, listas de doações e as eleições para cargos na irmandade. Entretanto, verificamos que dentre as famílias mapeadas apenas três delas se encontravam inseridas na Irmandade do de Nossa Senhora do Rosário e a outra era integrante da Ordem Terceira do Monte do Carmo de Sabará. A partir da análise, é possível atestar que os idealizadores e associados tinham relações estreitas com a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, mesmo aqueles que não estavam diretamente ligados à confraria tinham entes muitos próximos que atuavam ativamente na instituição.

30 Ficha de Inventário – Patrimônio cultural imaterial de Sabará – Clube Mundo Velho. 2016

Alguns membros transitavam entre a extinta Irmandade e o Clube, alguns na qualidade de irmãos, outros como familiar de figuras importantes na confraria. Esse trânsito revela, portanto, que os primeiros membros também acessavam as instâncias de sociabilidade presentes na Irmandade, sendo esta um importante meio de conhecer pessoas e construir vínculos afetivos que poderiam ter resultado a fundação do Mundo Velho.

O primeiro presidente do Clube, José de Paula Pertence, exercia o ofício de Ourives e também era tenente da 3^o companhia de milícia cívica da comarca, além disso, congregava como membro da ordem terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo de Sabará, no entanto sua família estava intimamente ligada às atividades da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. O Alferes Antônio de Paula Pertence, seu pai, ingressou na irmandade do Rosário no ano de 1849³¹ e exerceu o cargo de procurador por quase duas décadas. Sua irmã Maria Augusta de Paula Pertence ingressou na Irmandade no ano de 1885 onde ficou como membro até seu falecimento em 1913³². Seu tio Francisco de Paula Pertence, também membro do Clube, ingressou na confraria no ano de 1849, onde permaneceu até os anos finais do século. A família Pertence teve uma larga trajetória na confraria do Rosário, o que se pode afirmar que o primeiro presidente e membro idealizador tinha laços estreitos com integrantes da Irmandade.

O sócio fundador do clube Luiz Candido Pereira era integrante da Ordem terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo e foi eleito como rei festeiro nas festividades da confraria do Rosário, compondo parte dos cortejos de congado realizados na festa de celebração da santa³³. A família Pereira integrava e participava ativamente da realização de festas e festejos da instituição, ora como irmãos, ora atuando em cargos. Outro membro idealizador do clube Antônio Basílio Pereira não apresentou relações com a irmandade, mas era familiar de integrantes da confraria. Por sua vez, Francisco Roza de Viterbo não estava relacionado a nenhuma instância religiosa, entretanto sua esposa Maria Isabel da Trindade era integrante da Irmandade do Rosário e também circulavam em outros espaços não eclesiásticos.

Todavia, as redes de sociabilidade que conformaram a fundação do Clube Mundo Velho transcendiam as instituições especificamente “negras”. As relações entre os primeiros membros estavam disseminadas pela sociedade sabarense. A fundação do clube, por conseguinte, se deu pelo encontro de várias instâncias de sociabilidade presente no espaço urbano do município e não apenas por uma continuidade direta de redes predecessoras. Francisco de Paula Ramos e familiares não apresentaram relações estreitas com a Irmandade do Rosário. O sócio exercia a função de pedreiro, zelador e membro da Ordem Terceira do Carmo, realizando concertos e a manutenção de seu templo, no mesmo período que José de Paula Pertence.

A seguinte tabela apresenta os vínculos entre as famílias e as instituições religiosas na cidade. No eixo vertical destacamos os quatros grupos familiares dos sócios fundadores e as duas confrarias que eles se vinculavam, mostrando que havia membros em ambas as instâncias de sociabilidade, como se pode verificar o caso do primeiro presidente do clube. O termo consta alude a presença de familiares ou sócios nas instituições e não conta que não foi possível encontrar a existência do sócio ou de qualquer familiar na Irmandade.

31 Livro de entradas Irmandade Nossa Senhora do Rosário, 1849. Fragmentos.

32 Livro de entradas da Irmandade de Nossa senhora do Rosário – Livro de entradas I.N.S.R data: 1885

33 Ata de eleições da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário Eleição da I.N.S.R, 1862

Tabela 1 - Relação de famílias e as instituições religiosas

Famílias	Irmandade de N.S. do Rosário	Ordem 3º do Carmo
Pertence	Consta	Consta*
Ramos	Não consta	Consta
Pereira	Consta	Não consta
Viterbo	Consta	Não Consta

*Consta apenas José de Paula Pertence da família

Os espaços profissionais também concatenavam e mobilizam outras redes sociais, permitindo novos vínculos afetivos e de solidariedade. José de Paula Pertence, Francisco Roza de Viterbo e Luiz Candido Pereira integravam a guarda nacional ³⁴, ocupando os cargos de tenente da 4º companhia do batalhão de infantaria, alferes na 4º companhia do batalhão e alferes na mesma companhia respectivamente. Seus laços profissionais estenderam-se a outras redes de sociabilidade como, por exemplo, as atividades desenvolvidas no âmbito do Clube.

Outro possível contexto de sociabilidade dos primeiros membros do clube se deu através das relações de vizinhança. José de Paula Pertence, Francisco Roza de Viterbo e Francisco de Paula Ramos habitavam a Rua do Carmo, próximo à igreja na entrada do Morro da Intendência, também nas proximidades viviam Antônio Basílio Pereira e Luiz Candido Pereira. Assim, a possível origem do clube Mundo Velho está relacionada a distintas instâncias de sociabilidade de Sabará, além da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário havia outras instituições religiosas, vínculos profissionais e relações de vizinhança. O clube engendrou diversas redes sociais, profissionais e familiares. A convivência nos eventos da associação aproximava os membros, além de produzir novas redes e laços sociais. Mariza Soares ressalta o mesmo fenômeno nas irmandades católicas do século XVIII, os vínculos na irmandade replicavam e reforçavam vínculos profissionais, comerciais, jurídicos, de compadrio³⁵.

Além de se caracterizar como um espaço de associação e fortalecimento de laços da população negra, a irmandade e o clube tinham algumas práticas institucionais que visavam sua continuidade. Em ambos os casos a estrutura dos cargos e funções eram definidos em assembleias, sendo que o tempo de vigência nos cargos dependeria das necessidades e atuação do integrante. Em vistas de traçar que experiências e práticas institucionais da antiga irmandade foram reapropriadas pelos membros do clube, foram comparados os Livros de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Arrayal do Morro Velho da Freguesia do Bom sucesso do Caeté e da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da freguesia de São José da Barra Longa, as atas de eleições da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Barra do Sabará e a composição da diretoria do Clube Mundo Velho, no extrato do seu primeiro regimento³⁶. O livro de compromisso da Irmandade de Sabará não foi analisado, pois o documento não foi encontrado no acervo. Não obstante, Caio Boschi relata que as Irmandades do Rosário no

34 Nomeados em 11/02/1894 um mês antes da fundação do Clube. O contemporâneo, APM, 11 de fevereiro de 1894.

35 SOARES, Mariza de Carvalho. Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

36 Registrado no número 451 no livro B-3 às folhas 255 verso 256 verso do cartório de pessoas jurídicas da cidade de Sabará.

império lusitano seguiam uma base comum e compromissos lavrados em termos similares, os livros de compromissos de outras irmandades do Rosário da mesma época em regiões próximas poderiam esclarecer sobre as funções que cada cargo exercia na confraria³⁷.

Geralmente, as irmandades de Nossa Senhora do Rosário eram compostas por: um juiz, uma juíza, um escrivão, um tesoureiro, dois procuradores, mais alguns irmão de mesa. O número de pessoas responsáveis pelos cargos podia variar de acordo com o tamanho da localidade em que a Irmandade estava inserida. Alguns cargos eram definidos a partir da distinção racial que imperava no período escravista. Como se pôde verificar, os cargos de “Escrivão, thezoureiro e um dos procuradores não de ser sempre homens brancos e inteligentes, zelosos de Nossa Senhora”³⁸.

No que a tange a composição e diretoria do Clube Mundo Velho, os cargos foram definidos no regimento sem nenhuma indicação de qualquer restrição racial e/ou econômica, entretanto percebemos que determinadas dinâmicas raciais na composição da diretoria também seguiram as da Irmandade. Os sócios fundadores José de Paula Pertence e Francisco de Paula Ramos congregavam na Ordem Terceira do Carmo que nesse período aceitavam somente pessoas brancas e que tinham posses na cidade. Como as irmandades, o clube apesar de não especificar na documentação, poderia seguir dinâmicas raciais dos antigos espaços associativos negros da cidade que congregava brancos e negros nos cargos administrativos. O artigo 3º registra que: “Compôr-se-á este Clube de antigos sócios fundadores e de número ilimitado de sócios chamados conservadores e terá também sócios honorários e beneméritos”. Sobre a administração, o art. 5º exprime que “O Clube Mundo Velho será dirigido e administrado por uma diretoria composta dos seguintes membros: Presidente, Vice-presidente, 1º e 2º. Secretários, 1º e 2º. Tesoureiros, 1º e 2º. Procuradores. Diretores de Festas e Esportivo; um Orador Oficial.”³⁹

É possível perceber que algumas práticas e organizações institucionais do Clube se assemelham às das antigas Irmandades do Rosário. No tocante aos cargos, verificamos que houve continuidade de algumas funções, mudando, apenas a quantidade de pessoas dispostas a cada posição. O posto de procurador é um caso emblemático, pois era uma função presente nas irmandades e também na administração do clube. Não obstante, nas irmandades a ocupação era limitada a duas pessoas, do qual uma delas deveria ser obrigatoriamente branca. Nas Irmandades,

Aos procuradores compete procurar tudo o que pertencer a Irmandade para seu andamento, e conservação, sendo além disso o procurador branco hum como fiscal para vigiar; e acautelar qual quer prejuízo q possa experimentar a mesma irmandade e também para acodir, e tratar das cauzas, e demandas que possa ter, das quaes será obrigado a dar conta a meza, assim como do q com ellas gastas⁴⁰

Essa limitação acontecia em razão do controle constante dos negros e pardos que integravam a Irmandade. Como o cargo era responsável pelos bens da instituição, este deveria ser vigiado por uma pessoa considerada de boa índole, que nos termos da época estava diretamente ligado a origem

37 BOSCHI, Caio Cesar. Os leigos e o poder irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo, Ática, 1986, 254 p

38 Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Arrayal do Morro Velho da Freguesia do Bom sucesso do Caeté, 1790. Capítulo X.

39 Extrato do primeiro regimento do Clube Mundo Velho, cartório de pessoas jurídicas da cidade de Sabará, 1956, número 451 no livro B-3 às folhas 255 verso 256 verso.

40 Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Arrayal do Morro Velho da Freguesia do Bom sucesso do Caeté, 1790. Capítulo VIII.

racial. Essa concepção alude às ambiguidades das irmandades no período escravista, que ao mesmo tempo eram espaços de autonomia e organização da população negra, também serviam de lugar privilegiado do controle e autoridade senhorial⁴¹. Por outro lado, a mesma função na diretoria do Clube não indicava nenhuma distinção racial, mas que seguia a mesma quantidade indicada nos livros da Irmandade. Uma das hipóteses para a explicação do fato é que o clube foi um processo associativo autônomo, desse modo, incorporou algumas práticas institucionais das antigas redes associativas com a liberdade de reformular alguns termos que não cabiam a sua realidade. O clube social entendido como uma iniciativa negra de auxílio mútuo não haveria, portanto, a necessidade da limitação racial de procuradores e tão pouco de distinções raciais em sua constituição, apesar de verificarmos certas continuidades nas dinâmicas raciais dos cargos.

Outra prática institucional reapropriada das Irmandades foi a realização de apresentações e festas que visavam arrecadar fundos para a manutenção da instituição. Uma das estratégias era a apresentação de peças teatrais que atraíam o público e permitia a continuidade do clube. O mesmo recurso era utilizado pela Irmandade do Rosário de Sabará para angariar fundos para a continuidade de suas atividades. Na imprensa da época, a Irmandade anunciava que espetáculos com a finalidade de atrair o público e promover espaços de interação da população. Na mesma direção, o clube dispunha de um grupo de teatro que realizava apresentações periódicas na cidade, a fim de arrecadar fundos e oferecer lazer a população. As apresentações teatrais estavam previstas no terceiro tópico do artigo 2º do estatuto do clube, o qual indicava que grupo teatral Mundão tinha um diretor próprio que se responsabilizava pela organização e as exibições das peças que também eram anunciadas nos jornais e abordavam diferentes temas e gêneros teatrais. As peças mobilizavam a população, criando um ambiente propício para conhecer pessoas e troca de experiências.

Conclusão

Apesar das adversidades do contexto do pós-Abolição, a formação de agremiações e associações de auxílio-mútuo nos espaços urbanos, fundamentadas em antigas práticas associativas existentes ainda no império, constituíram como um local importante para a formalização de valores e práticas sociais entre os recém-libertos. Ademais, esses espaços permitiam constituir meios para enfrentamento a segregação racial e social nos espaços citadinos e promoveram a formação de redes sociais e profissionais entre sócios das entidades e integrantes de importantes grupos sociais locais.

A fundação e manutenção do Clube Social Mundo Velho dialogava constantemente com as antigas redes associativas negras do município. No que tange os vínculos com a Irmandade, o clube incorporou práticas institucionais e redes sociais que surgiram no seio das confrarias. Entretanto, não foi fundado como continuidade dessas redes, mas foi fruto da convergência de diversas esferas sociais existentes na cidade de Sabará.

Ao mesmo tempo em que o clube foi resultado do encontro de diversas instâncias de sociabilidade, ele engendrou relações no espaço urbano e constituiu novos laços socioafetivos, profissionais e culturais. Por meio das festas, celebrações e apresentações teatrais o Mundo Velho concebeu um ambiente de trocas e tensões sociais. Semelhante a outros clubes sociais negros, os desfiles do bloco evidenciavam as rivalidades e alianças presentes na época, bem como as relações

41 SOUZA, Marina de Mello e. Reis negros no Brasil escravista: História da festa de coroação do Rei Congo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

raciais existentes na cidade.

Como fio condutor e principal atividade do Mundo Velho o carnaval mobilizava toda a população e levava os foliões a um tempo de festa e integração aos espaços urbanos. Os cortejos foram tomando grandes proporções e envolvia uma cadeia de atividades desde o preparo a execução das fantasias e carros. A festa reatava laços e formava um cenário em que os membros e associados do clube ganhavam destaque na cidade.

Fontes primárias

Acervo Casa Borga Gato do Museu do Ouro (CBGMO)

Arrayal do Morro Velho da Freguesia do Bom sucesso do Caeté, 1790.

Ata de eleições da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, 1862

Livro de entradas Irmandade Nossa Senhora do Rosário, 1849. Fragmentos.

Livro de entradas da Irmandade de Nossa senhora do Rosário, 1885

Livro de compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do

Livro de compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da freguesia de São José da Barra Longa, 1768.

Recibos Irmandade de Nossa senhora do Rosário s/d (grifo meu).

Cartório de Registro de títulos e documentos e registro civil de pessoas jurídicas comarca de Sabará

Extrato do Estatuto do Clube Mundo Velho inscrito no livro B-3 às fls 255 verso e 256 verso, registro nº451 efetuado em 23 de novembro de 1956– Livro de Registro de títulos e documentos e registro civil de pessoas jurídicas comarca de Sabará.

Arquivo Público Mineiro (APM) e Secretária de Cultura de Minas Gerais (SCS)

Periódicos:

O Contemporâneo. 1894, 1895,1898

A folha sabarense. 1887,1888,1889

Acervo particular Clube Mundo Velho (CMV)

Ficha de Inventário – Patrimônio cultural imaterial de Sabará – Clube Mundo Velho. 2016

Ficha de Inventário – Patrimônio cultural imaterial de Sabará – Bloco de Carnaval do Clube Mundo Velho. 2016

Referências Bibliográficas

BOSCHI, Caio Cesar. Os leigos e o poder irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo, Ática, 1986, 254 p .

CHALOUB, Sidney. Visões de liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. Campinas: UNICAMP, 1989.

CHALOUB, Sidney. Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos. Quase-cidadão – histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro, FGV, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

CORRÊA, Mariza. As ilusões da liberdade. A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001 (2a edição)

DOMINGUES, Petrônio. Um “templo de luz”: a frente negra brasileira (1931- 1937) e questão da educação. Revista brasileira de educação, Rio de Janeiro, Vol. 13, nº 39, p 517-539, set- Dez de 2008.

ESCOBAR, Giane V. lugares de memória: resistência negra, patrimônio e potencial. Porto alegre: editora da UFSM, 2010.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: EDUSP, 1965. 2 v.

FRY,P. et alli. “Negros e brancos no carnaval da Velha República”. In: REIS, João José (Orgs.). Escravidão e a invenção da liberdade. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GOMES, Flávio dos Santos. Negros e Política (1888-1937). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GOMES, Flávio dos Santos & CUNHA, Olívia Maria Gomes da. (Orgs.) Quase-cidadão – histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro, FGV, 2007.

KIDDY, Elizabeth W. Progresso e religiosidade: Irmandades do Rosário em Minas Gerais, 1889-1960. Tempo, núm. 12, Dezembro, 2001, pp. 93-112. Universidade Federal Fluminense Niterói, Brasil

LOONER, Beatriz Ana & GILL, Lorena Almeida. Clubes Carnavalescos negros na cidade de Pelotas. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 145-162, jan./jun. 2009

MATTOS, Hebe Maria & RIOS, Ana Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. TOPOI, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198

REIS, João José. Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

REGINALDO, Lucilene. Os rosários dos angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista. Tese de doutorado. Unicamp, 2005

SCARANO, Julita. Devoção e escravidão: a irmandade do rosário dos homens pretos no distrito diamantino no século XVIII. São Paulo, conselho estadual de cultura, ed. Brasileira v. 357, 1975

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____, Lilia Moritz. Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da abolição brasileira. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos. Quase-cidadão – histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro, FGV, 2007.

SILVA, Fernanda o. da. Os Negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços – associações e identidades negras em Pelotas/Rs (1820/1943). PUC-RS. Dissertação de mestrado em História. 2011

SOARES, Mariza de Carvalho. Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

SOIHET, Rachel. Lutando pela inclusão: sociabilidade e cidadania através do carnaval (de 1890 aos tempos de Vargas). Textos escolhidos de cultura e arte populares, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 79-98, 2007

SOUZA, Marina de Mello e. Reis negros no Brasil escravista: História da festa de coroação do Rei Congo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

WISSENBACH, Maria C. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). História da vida privada no Brasil: Vol. 3. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.